

**HABEAS CORPUS Nº 547.935 - DF (2019/0353641-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**  
(**DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE**)  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL  
**ADVOGADOS** : RICARDO RUIVO MOREIRA DE OLIVEIRA - DF009684  
DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS  
TERRITORIOS  
**PACIENTE** : THIAGO MATHEUS ARAUJO BANDEIRA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E  
TERRITÓRIOS

**DECISÃO**

Trata-se de pedido liminar deduzido em sede de **habeas corpus**, impetrado pela Defensoria Pública do Distrito Federal, em benefício de THIAGO MATHEUS ARAUJO BANDEIRA, apontando o eg. **Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios** como autoridade coatora.

Sustenta a impetrante, em síntese, que a segregação cautelar constitui constrangimento ilegal na medida em que o paciente não possui condições de arcar com o valor arbitrado a título de fiança.

É o breve relatório.

**Decido.**

A hipótese vertente é de concessão da medida liminar.

Isso porque, de uma análise perfunctória dos autos, verifica-se que o paciente encontra-se preso única e exclusivamente por não possuir condições de adimplir o valor arbitrado, a título de fiança, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), pelo suposto cometimento do crime previsto no art. 14 da Lei n. 10.826/03.

A decisão que concedeu a liberdade provisória e arbitrou a fiança está assim fundamentada, **verbis**:

*"Desse modo, as circunstâncias e a gravidade do crime, somadas à primariedade do autuado e ao fato de possuir residência fixa, indicam que a substituição da prisão preventiva por medidas cautelares pessoais assegurar a aplicação da lei penal. Ademais, considerando a natureza da infração e as circunstâncias do caso, entendo adequada a fixação de fiança. No que concerne*

à fiança, o Código de Processo Penal estabelece as diretrizes do seu arbitramento e, nesse aspecto, há de ser considerada a natureza da infração, as condições pessoais de fortuna e vida pregressa do acusado, as circunstâncias indicativas de sua periculosidade, bem como a importância provável das custas do processo, até final julgamento (art. 326). Além disso, não se pode desconsiderar, para esse mesmo fim, os parâmetros declinados no art. 325, caput, e § 1º, do CPP. Atenta a todas essas diretrizes e, em particular, à condição econômica do autuado, reduzo a fiança para R\$ 1.000,00 (mil reais). Pelo exposto, **RESTITUO, A LIBERDADE, condicionada ao pagamento de fiança no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), a THIAGO MATHEUS ARAÚJO BANDEIRA, nascido aos 30/10/1999, filho de Antonio Reginaldo Bandeira da Silva e Joscelene da Silva Araújo, impondo-lhe as seguintes medidas: I - proibição de ausentar-se do Distrito Federal por mais de 30 (trinta) dias, a não ser que autorizado pelo Juízo processante; II - proibição de mudança de endereço sem comunicação do Juízo que o processará. CONFIRO a esta decisão força de mandado de intimação, para que o(a) indiciado(a) seja posto(a) em liberdade, salvo se por outro motivo estiver preso(a).**" (fls. 54-55, grifei).

Posteriormente, o eg. Tribunal de origem concedeu parcialmente a ordem, nos autos do **habeas corpus** naquela Corte impetrado, para reduzir o valor da fiança, nos seguintes termos:

*"Por outro lado, depois de analisar refletidamente sobre o valor da fiança arbitrada e as condições pessoais do paciente, reputo adequada a redução da quantia.*

*Isto porque, a despeito de não haver demonstração de incapacidade financeira total do paciente, ônus do qual não se desincumbiu a impetrante, depreende-se dos elementos colacionados ao writ e do fato de THIAGO, assistido pela Defensoria Pública do Distrito Federal, ainda permanecer recolhido, desde o dia 4/10/2019, que a quantia estabelecida ultrapassa as possibilidades financeiras do paciente.*

*[...]*

*Destarte, tenho que a redução da fiança, pela metade, é suficiente para acautelar o regular andamento processual, além de ser proporcional às reais condições do paciente, pois módica.*

*Ante o exposto, admito o habeas corpus e concedo, em parte, a ordem para **reduzir o valor da fiança arbitrada para R\$ 500,00 (quinhentos reais)**, sem prejuízo da manutenção das outras medidas cautelares estabelecidas pelo juízo de 1ª Instância.*" (fls. 59-60, grifei).

Esta Corte Superior, contudo, já se posicionou no sentido de não ser

possível a manutenção da custódia cautelar tão somente em razão do não pagamento do valor arbitrado a título de fiança, máxime quando se tratar de réu pobre, **ex vi** do art. 350 do CPP.

Nesse sentido, precedentes das **duas turmas** que compõem a col. Terceira Seção deste Tribunal:

*"PENAL. HABEAS CORPUS. FURTO. FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO. POSSE DE ARMA DE FOGO. PRÉVIO MANDAMUS DENEGADO. PRESENTE WRIT SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. INVIABILIDADE. VIA INADEQUADA. LIBERDADE PROVISÓRIA DEFERIDA. FIANÇA NÃO PAGA. MANUTENÇÃO DA CUSTÓDIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ART. 312 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. FLAGRANTE ILEGALIDADE. EXISTÊNCIA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.*

*(...)*

*3. In casu, existe manifesta ilegalidade pois se o próprio magistrado de primeiro grau reconheceu não estarem presentes os requisitos que autorizam a segregação cautelar, o não pagamento da fiança arbitrada, por si só, não justifica a preservação da custódia, além de trata-se de réu juridicamente pobre, assistido pela Defensoria Pública.*

*4. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida, de ofício, a fim de, confirmando a liminar, garantir a liberdade ao paciente, independentemente do pagamento de fiança" (HC 303458/AC, Sexta Turma, Rel<sup>a</sup>. Min<sup>a</sup>. Maria Thereza de Assis Moura, DJe 24/09/2014, grifei).*

*"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. DESCABIMENTO. COMPETÊNCIA DAS CORTES SUPERIORES. MATÉRIA DE DIREITO ESTRITO. MODIFICAÇÃO DE ENTENDIMENTO DO STJ, EM CONSONÂNCIA COM O STF. FURTO QUALIFICADO. LIBERDADE PROVISÓRIA COM FIANÇA. AUSÊNCIA DE CAPACIDADE ECONÔMICA DO PACIENTE. PRESENÇA DE ILEGALIDADE FLAGRANTE QUE ENSEJA A CONCESSÃO DA ORDEM DE OFÍCIO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. HABEAS CORPUS CONCEDIDO DE OFÍCIO.*

*(...)*

*3. Na espécie, não fora explicitado na decisão do Tribunal de origem um motivo idôneo sequer, apto a embasar a medida constritiva do Paciente, ao contrário: foi reconhecida a*

*ausência de fundamentos para dar suporte à constrição cautelar.*

*4. Nesse contexto, a imposição da fiança, dissociada de qualquer dos pressupostos legais para a manutenção da custódia cautelar, não tem o condão, por si só, de justificar a prisão cautelar do réu, a teor do disposto no art. 350, do Código de Processo Penal, quando a situação econômica do réu assim não a recomenda, tal como se verifica na hipótese, em que o Paciente se diz hipossuficiente e que se encontra preso desde maio de 2012. Precedente.*

*4. Habeas corpus não conhecido. Habeas corpus concedido de ofício para conceder ao Paciente o direito de responder ao processo em liberdade sem fiança" (HC 247271 / DF, Quinta Turma, Rel<sup>a</sup>. Min<sup>a</sup>. Laurita Vaz, DJe 02/10/2012, grifei).*

Ante o exposto, **defiro o pedido liminar**, para permitir que o paciente aguarde em **liberdade** o julgamento do mérito do presente **writ**, independentemente do pagamento de fiança, mantidas as demais medidas cautelares estabelecidas pelas instâncias ordinárias.

Solicitem-se, **com urgência e via telegrama**, informações atualizadas e pormenorizadas ao d. juízo de primeiro grau.

Após, vista dos autos ao Ministério Público Federal.

P. e I.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator